



OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DO MPPA: PESQUISA E ATUAÇÃO ESTRATÉGICA NA AMAZÔNIA

Joyce Cardoso Olímpio Ikeda – GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA
José Edvaldo Pereira Sales – GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA

Relatos de Experiência Internacionais e Redes de Pesquisa

1. INTRODUÇÃO

A problemática dos direitos humanos na Amazônia, um território vasto e complexo sob a atuação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), é histórica e marcada por contínuos conflitos e violações, exigindo a implementação de políticas públicas alinhadas à Agenda 2030 da ONU, que preconiza o desenvolvimento sustentável fundamentado no respeito universal aos direitos humanos e à dignidade. Diante dessa urgência, o CEAF e o CAODH do MPPA propuseram o Projeto Institucional Expresso DH, visando à operacionalização de um Observatório de Direitos Humanos. Para efetivar essa iniciativa, foi instituído, pela Portaria nº4077/2021-MP/PGJ, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA), reafirmando o compromisso da instituição com a pesquisa e a atuação estratégica na defesa desses direitos.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) atua como uma escola institucional focada na produção de conhecimento aplicado às funções constitucionais do MP. Neste contexto, o GEDHA adota uma abordagem teórico-metodológica alinhada à sociologia das políticas públicas, conforme Burawoy (2009), para que seus produtos de pesquisa sirvam diretamente à missão institucional do MPPA. Compreendendo que a efetivação dos direitos fundamentais e o acesso à justiça dependem da formulação e execução de políticas públicas, o Ministério Público emerge não só como fiscalizador, mas também como um modelador ativo dessas políticas. Assim, o órgão ministerial busca desenvolver metodologias de



pesquisa próprias, com sólido referencial teórico e validação acadêmico científica, com proposições futuras para o desenvolvimento de epistemologias e procedimentos de pesquisa interdisciplinar.

3. RESULTADOS/APRENDIZADOS

3.1 Publicações

A produção científica do GEDHA é materializada em uma série de publicações acadêmicas, como capítulos de livros e artigos em periódicos, que representam o ápice do esforço de pesquisa ao disseminar análises aprofundadas e reflexões críticas sobre o papel do Ministério Público na defesa dos direitos humanos na Amazônia. Essas contribuições abrangem uma vasta gama de temáticas, desde a atuação do MP como agente de transformação social e as violações de direitos em comunidades quilombolas até discussões sobre políticas públicas e o desenvolvimento de povos tradicionais, fomentando no diálogo com a comunidade científica e a sociedade ao propor novos olhares sobre a realidade regional e garantir amplo acesso às descobertas.

3.2 Relatórios e notas técnicas

A pesquisa aplicada do GEDHA encontra uma expressão direta e pragmática na elaboração de Relatórios e Notas Técnicas, que funcionam como ferramentas essenciais para a atuação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Fruto de investigações rigorosas e análises aprofundadas, esses documentos traduzem o conhecimento técnicocientífico em subsídios concretos para a intervenção em cenários de violação de direitos e desafios socioambientais, permitindo ao grupo diagnosticar problemas complexos e oferecer bases informativas para decisões estratégicas. A diversidade temática, que inclui desde análises sobre a questão agrária e a incidência de estupro sob uma ótica de gênero até avaliações jurídico-sociológicas sobre infraestruturas em territórios quilombolas e acompanhamento de políticas públicas em aldeias



indígenas, demonstra o compromisso do GEDHA com a produção de conhecimento que informa e potencializa a capacidade resolutiva do MPPA.

3.3 Acordos de Cooperação e Eventos

A pesquisa e a produção técnico-científica do GEDHA são significativamente impulsionadas e expandidas por meio de Acordos de Cooperação⁵ estratégicos estabelecidos com diversas instituições parceiras, demonstrando um compromisso não apenas formal, mas também com a visibilidade e o engajamento público. Esses acordos são fundamentais para a consolidação e o alcance do Projeto Expresso DH – Observatório de Direitos Humanos, viabilizando a colaboração interdisciplinar e interinstitucional através da criação de bancos de dados e realização de projetos de pesquisa conjuntos. A adesão de outros Ministérios Públicos, como o do Maranhão e do Amapá, resultou em eventos de grande impacto, amplificando a disseminação do conhecimento gerado e o impacto da pesquisa do GEDHA na defesa dos direitos humanos na região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Projeto de Pesquisa do Observatório de Direitos Humanos do MPPA tem evidenciado as potencialidades e as perspectivas da produção do conhecimento para o fortalecimento do MP, enquanto agente político de transformação social. O CEAF-MPPA tem se revelado como espaço de novas tecnologias e de inovação social a partir de novas práticas para o aperfeiçoamento da atuação resolutiva, direcionada principalmente à indução de políticas públicas. Em resumo, o Observatório do MPPA potencializa o papel de agente da vontade política transformadora do MP, “para promover os valores democráticos e defender os direitos fundamentais civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e difusos” (Goulart, 2021, p. 225).



REFERÊNCIAS

- BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael (Org.). **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 17-66.
- FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- GOULART, Marcelo Pedroso. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional na sistemática do Ministério Público contemporâneo. **Revista Jurídica ESMP-SP**, v. 7, p. 45-58, 2015.
- RECK, Janriê Rodrigues. **O direito das políticas públicas**: regime jurídico, agendamento, formulação, implementação, avaliação, judicialização e critérios de justiça. Belo Horizonte: Fórum, 2023.
- TEJADAS, Silvia da Silva. **Avaliação de políticas públicas e garantia de direitos**. São Paulo: Cortez, 2020.